

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ,
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 182/2022.
PROCESSO Nº 20.170/2022.

Assunto: Recurso contra a habilitação e aceite da proposta da empresa AD-HOC SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.

J & W Transportes, Locação e Serviços LTDA – ME, CNPJ nº. 16.631.485/0001-51, Inscrição Estadual 79.73893.0, Inscrição Municipal 101173, com sede à Estrada RJ 127, 10.389 – Loja – Vila São José – Paracambi-RJ – CEP 26.600-000. Endereço Eletrônico: jewtransporte@yahoo.com.br; Fone – (21) 99781-1637, por intermédio de seu representante legal, o Sr. WILSON CESAR DE OLIVEIRA, RG.: 10.560.388-0, CPF: 070.017.177-03, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro na Lei Federal nº 10.520/2002, na Lei Federal nº 8.666/1993, na Lei Complementar nº 123/2006, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, apresentar:

RECURSO

Em face da habilitação da empresa AD-HOC SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 04.678.980/0001-37, no Pregão referenciado, pelos motivos de fato e direito a seguir expostos.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, salienta-se que cabe Recurso Administrativo no prazo de 03 (três) dias úteis da decisão, que ocorreu no dia 16/02/2023. Desta forma, resta demonstrada a tempestividade do presente Recurso apresentado em 24/04/2023.

II. DOS FATOS E DAS RAZÕES

Cumpra inicialmente, aludir à lisura com que tramitou até o presente momento o processo licitatório em referência. É forçoso reconhecer a clarividente presença dos princípios basilares e norteadores do CONTRADITÓRIO e da AMPLA DEFESA, cujos princípios são corolários do Estado Democrático de Direito e foram colocados à disposição de todos os participantes do certame pelo (a) Sr (a). Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio.

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame em questão, a Recorrente e a Recorrida, dele vieram participar.

Buscando sempre atender a legalidade e correto prosseguimento do certame, até a fase de habilitação, nós da JeW, mantendo o respeito e seriedade com a Administração, ofertamos nossos melhores preços na fase de lances, mantivemos atenção ao envio de toda documentação habilitatória, bem como proposta de preços aos moldes do solicitado. Atitude que, infelizmente, não manteve a Recorrida e que não pode ser ignorado.

Em ordem cronológica, afim de detalhar os acontecimentos e melhorar a compreensão, narraremos os fatos:

a- Às 10:01:49, antes da abertura da fase de lances, o pregoeiro desta doughta comissão explanou:

"Peço que prestem atenção a TODAS as Condições previstas no Edital deste Pregão, especialmente quanto à documentação de habilitação, que de acordo com Art. 26 do Decreto nº 10.024/19, não é mais possível inserir documentos. BEM COMO, QUANTO A PROPOSTA AJUSTADA AO LANCE FINAL DEVE SER INSERIDA NO SISTEMA COMPRASNET APÓS SOLICITAÇÃO PELO PREGOEIRO." [Destaque nosso].

b- Às 10:37:17, todos os itens já haviam sido encerrados e iniciou-se a etapa de julgamento de propostas.

c- Às 10:54:05, iniciou-se o prazo de 2 (duas) horas para envio da proposta reajustada por parte da AD-HOC, para os itens 01, 03 e 04.

d- Às 11:00:37, iniciou-se o prazo de 2 (duas) horas para envio da proposta reajustada por parte da JeW, para os itens 02 e 05. Prontamente respondida dez minutos depois da abertura do prazo.

e- Decorrido o prazo dato à AD-HOC, às 12:30, o pregoeiro cedeu, com fulcro no subitem 15.2, mais 2 (duas) horas para envio da proposta reajustada. Prazo NOVAMENTE não atendido.

Vejamos o que o Edital é categórico em dizer em relação ao envio das propostas reajustadas:

"15.2 - A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor, e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO II deste edital, no prazo de 2 (duas) horas, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO, a contar da solicitação do pregoeiro. [Destaque nosso].

f- Decorrido o prazo de 4 (quatro) horas totais, às 16:13, o pregoeiro, desacertadamente permitiu que o prazo fosse novamente adilado e com o envio permitido por Email, indo na contramão do exposto no item "a" desta peça recursal e do subitem 15.2 do referido Edital.

A seguir, destacamos mais alguns pontos importantes e que não podem ser desconsiderados, expostos no Edital:

15.6 - SE A PROPOSTA NÃO FOR ACEITÁVEL, O PREGOEIRO EXAMINARÁ A PROPOSTA SUBSEQUENTE E, assim

sucessivamente, na ordem declassificação. [Destaque nosso]”.

“15.7 - CONSTATADO O ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS FIXADAS NESTE EDITAL, a licitante será considerada a classificada”.

Ora, respeitosamente, questionamos à esta douda comissão: como pode uma proposta ser aceita se nem ao menos ela foi apresentada no sistema?

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância na medida em que atrela não só a Administração como também os administrados às regras nele estipuladas. Aduz que, uma vez estabelecidas as regras do certame, elas devem ser cumpridas, em seus exatos termos. Dessa feita se tratando de regras constantes de instrumento convocatório deve haver vinculação às mesmas, conforme estabelecem os artigos 30, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993:

“Art. 30 A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia [...] promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos [grifo nosso].

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA [grifo nosso].

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XI - a VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;” [grifo nosso].

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo. Logo, entende-se que, uma informação que foi EXIGIDA como critério de aceitabilidade, deve continuar a ser exigida.

Ainda proferindo sobre o Princípio da Vinculação do Edital, vale citar o que Maria Sylvia Zanella Di Pietro sabiamente nos ensinou:

“Trata-se de princípio essencial [vinculação ao instrumento convocatório] cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 30 da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual ‘A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA’. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital (...)” (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001) [grifo nosso].

Mantendo-se a DECISÃO DE HABILITAÇÃO DA FORMA COMO ENCONTRA, HÁ EXPRESSA VULNERAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES, com consequentes desdobramentos sobre o da impessoalidade.

Jessé Torres Pereira Júnior, in “Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública”, 4ª edição, 1997, ed. Renovar, pág. 38:

“A nenhum servidor da Administração Pública é dado, por qualquer modo, violar o caráter competitivo da licitação. Este é de sua essência, é a razão de existir do instituto.”

A propósito, a título de ilustração, traz-se a observação de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensinar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia.”
(Curso de Direito Administrativo, 3ª ed., Malheiros, p. 319).

Em escólio a esse dispositivo legal, cabe a magistral síntese do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles (in Direito Administrativo Brasileiro, 17ª ed. Malheiros, 1992, p. 249), a respeito da relevância do princípio da isonomia, in litteris:

“O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda é a cláusula discriminatória ou o julgamento faccioso que desiguala os iguais ou iguala os desiguais, favorecendo a uns e prejudicando a outros, com exigências inúteis para o serviço público, mas com destino certo a determinados candidatos.”

De mais a mais, o princípio da igualdade ganha relevo no art. 37, inc. XXI, da Carta Magna, que, ao tratar da licitação pública, veda exigências de qualificação técnica e econômica que não sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações pelo contratado.

Segundo, ainda, o mestre Hely Lopes Meirelles, na obra antes mencionada, “o desatendimento ao mencionado princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes”.

Apesar da AD-HOC ter ofertado o menor preço para os itens 1, 3 e 4, não se pode denegar a raiz constitucional que norteia o dever de Legalidade e Vinculação ao Instrumento Convocatório da Administração Pública, enquanto gestora do tesouro público. Daí considerar a afastabilidade de um princípio inspirado nas diretrizes constitucionais representar ofensa irremissível.

Observe-se que o art. 3º da Lei nº 8.666/93 é o dispositivo infraconstitucional que aponta os princípios norteadores do instituto da licitação pública.

Torna-se necessário concluir, portanto, pelo saneamento da decisão do Pregoeiro e sua equipe e pela INABILITAÇÃO DA AD-HOC no presente certame, já que o mesmo deixou de cumprir as normas editalícias.

III. CONCLUSÃO

Por todo exposto, requer que o presente RECURSO seja julgado totalmente procedente, para fins de REFORMAR A DECISÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA AD-HOC devendo ser reconhecido que o princípio de Vinculação ao instrumento convocatório foi violado.

Requer que a Empresa AD-HOC seja inabilitada por deixar de apresentar documentação obrigatória em prazo estipulado e aos moldes do referido Edital e que convoquem a empresa subsequente, neste caso a JeW.

Caso este Pregoeiro opte por manter sua decisão, requer com fulcro no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Por fim, seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pela manutenção, devendo o Julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

Nestes termos, pede deferimento.

Paracambi-RJ, 24 de fevereiro de 2023.

WILSON CESAR DE OLIVEIRA
RG.: 10.560.388-0
CPF: 070.017.177-03

Fechar